

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERSPECTIVA DAS PROFESSORAS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Renata Geremias da Silva¹

Gislene Camargo²

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado de uma pesquisa realizada para um trabalho de conclusão de curso. A escolha do tema em questão deu-se devido a um trabalho solicitado na 2ª fase do Curso de Pedagogia da UNESC, na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento, na qual o grupo em que eu estava presente pesquisou e apresentou sobre o “Desenvolvimento da sexualidade segundo Freud”.

Tal estudo me levou a pensar sobre a importância de o/a professor/a compreender a sexualidade, livre do preconceito, medos e falsas crenças. Sendo que para isso, é preciso que o/a mesmo/a compreenda a sua sexualidade e a de seus/suas alunos/as, para poder trabalhá-la em sala de aula, possibilitando uma vida mais saudável a si e aos/às educandos/as.

Outro fator determinante na escolha do tema se deu enquanto estagiária do Ensino Fundamental no ano de 2014, presenciei uma situação em que uma aluna do 1º ano mostrou sua genitália a uma colega e a professora titular, bem como outras professoras da escola, ao saberem disso, escandalizaram-se, a ponto de as meninas serem proibidas de brincarem juntas. Essa situação me fez refletir sobre como algumas/alguns professoras/es estão despreparadas/os para lidar com a temática da sexualidade, fortalecendo-a como tabu.

Assim sendo, a pesquisa teve como problema a seguinte inquietação: “De que forma as/os professoras/es do 5º ano trabalham a Educação Sexual com seus/suas alunos/as?”. E como objetivo geral: “Analisar de que forma a Educação Sexual é trabalhada pelas/os professoras/es no 5º ano do Ensino Fundamental”.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC - renatageremiasds@hotmail.com

² Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC - gislene@unesc.net

Para a realização da presente pesquisa utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário, que foi aplicado a 7 (sete) professoras (todas são do gênero feminino) que lecionam na cidade de Criciúma - SC, 4 (quatro) atuam em uma mesma escola e 3 (três) em outra.

Dentre os/as autores/as pesquisados/as pode-se destacar Freitas e Chagas (2013), Furlani (2011), Nunes (1996), Piletti, Rossato e Rossato (2014), Rabelo e Ferreira (2013), além dos documentos oficiais, como os PCN's (BRASIL, 1997), a PCSC (SANTA CATARINA, 1998) e a Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma (CRICIÚMA, 2008).

RECORTES HISTÓRICOS DE ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO SEXUAL E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Abordar a temática sexualidade não é tarefa fácil, pois essa, historicamente, é carregada de tabus e preconceitos que ainda hoje, são difíceis de desfazer. Se para a maioria dos adultos falar de sua própria sexualidade é algo constrangedor, discutir a sexualidade de crianças é ainda mais complicado, e muitas vezes, visto como inconveniente. Isso porque durante muito tempo, até o final do século XIX, de acordo com Prizskulnik (2004), a criança era vista como um ser puro, assexuado e inocente.

Foram as investigações de Sigmund Freud nos estudos das históricas que o levaram à descoberta da sexualidade infantil, mostrando que a tese de que a sexualidade se constitui somente na puberdade, precisaria ser revista (KUPFER, 1997). Para melhor compreender o fato de que a criança assim como o adulto possui sexualidade, se faz necessário compreender antes, o conceito de sexualidade.

De acordo com Figueiró (2006 apud NOTA, 2013, p. 239) “a sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pelas subjectividades de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura num processo histórico e dialéctico.”

Dessa forma, a sexualidade é algo que nasce com o ser humano e vai se constituindo, obtendo significado, a partir das vivências do sujeito, tendo influência direta da cultura na qual o mesmo está inserido. Com isso, é

importante que a escola tenha em seu currículo a Educação Sexual, sendo que poderão surgir diversas situações referentes à sexualidade dos/as alunos/as.

Freitas e Chagas (2013, p. 126), ao citarem alguns autores que falam sobre a Educação Sexual, dizem que:

Werebe (1998), Nunes (1987), Guimarães (1995) e Figueiró (2001), dentre tantos outros/as autores/as que tratam desta temática, entendem que a ES se faz por meio da transmissão dos valores éticos, morais, religiosos e culturais relativos à vivência do sexo. Tudo o que é ensinado/transmitido às crianças e aos jovens sobre o que pode e o que 'não pode', o 'certo' e o 'errado', o que 'deve' e o que 'não deve' ser falado, pensado ou vivido em relação ao sexo, à percepção do corpo e dos papéis de gênero, é o que entendemos ser um trabalho de ES

A partir dessa afirmação, entende-se que a Educação Sexual envolve tudo o que o/a professor/a transmite/ensina aos seus/suas alunos/as sobre a sexualidade.

Nunes (1996) destaca que há quatro abordagens diferentes de Educação Sexual presentes nas escolas brasileiras, a abordagem médico-biologista, a abordagem terapêutico-descompressiva, a abordagem normativa-institucional; e a abordagem consumista e quantitativa pós-moderna.

Por considerar essas quatro abordagens contraditórias, Nunes (1996) propõe uma abordagem diferente, a abordagem emancipatória. Essa abordagem também é destaque no trabalho de Freitas e Chagas (2013, p. 129), ao afirmarem que “A ES intencional numa perspectiva emancipatória deve necessariamente rever criticamente a norma sexual hegemônica repressiva, vigente na nossa cultura para criticá-la/problematizá-la.” É uma abordagem então crítica, que não reproduz as maneiras de encarar a sexualidade presentes em nossa sociedade.

No entendimento de Furlani (2011), além da abordagem emancipatória, há outras três abordagens que estão próximas do reconhecimento das diferenças de maneira positiva e benéfica, que são nomeadas por ela de abordagem dos direitos humanos, abordagem dos direitos sexuais e abordagem *queer*.

Assim, compreende-se que não há somente uma maneira de acontecer a Educação Sexual na escola, o que remete ao/a professor/a escolher e realizar aquela(s) que promova(m) o desenvolvimento integral de

seus/suas alunos/as. Para tanto, se faz necessário haver profissionais capacitados para trabalhar a Educação Sexual.

Rabelo e Ferreira (2013), falam da importância de formar profissionais da educação que compreendam as questões de sexualidade, para que possam trabalhar a temática e para que ultrapassem seus próprios preconceitos. Também defendem uma formação que permita a reflexão dos/as professores/as sobre sua prática cotidiana, que façam com que os/as professores/as reinterpretem as concepções vindas de um contexto histórico que por muito tempo dominaram mitos, crenças e tabus, sendo capaz de desconstruí-los.

Já que, questões sobre a sexualidade estão presentes nas instituições de ensino e afloram nos mínimos detalhes da prática pedagógica (RABELO; FERREIRA, 2013). Ou seja, em muitos momentos, questões relativas à sexualidade emergem em sala de aula, se mostrando como uma oportunidade para professores/as e alunos/as de desmistificar e construir saberes. Entretanto, somente um/a profissional capacitado, com uma formação sólida, saberá aproveitar essa oportunidade.

A LEGALIDADE DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Sabendo da importância da prática da Educação Sexual nas escolas, cabe ressaltar que no Brasil não existe uma lei que a torne obrigatória. Porém, no ano de 1997 foi elaborado pelo Ministério da Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que trazem questões referentes à sexualidade como objeto de estudo nas instituições de ensino (RIBEIRO, 2013).

Esclarecendo o que dizem os PCN's, Rabelo e Ferreira (2013) afirmam que os mesmos referem-se à sexualidade como Tema Transversal, devendo ser trabalhada de forma integrada, contínua e sistemática, incorporada às áreas do conhecimento já existentes bem como ao trabalho educativo da escola.

Quando se referem ao trabalho com a temática da sexualidade na escola, os PCN's utilizam a nomenclatura Orientação Sexual, e não Educação Sexual, como é adotada na presente pesquisa. Os conteúdos de Orientação

Sexual para os anos iniciais do Ensino Fundamental são divididos pelos PCN's em três blocos, são eles: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de gênero; e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, que são flexíveis (BRASIL, 1997).

Além dos PCN's, temos mais outros dois documentos oficiais que abordam o trabalho com a sexualidade na escola, um a nível estadual, a PCSC (Proposta Curricular de Santa Catarina), e outro a nível municipal, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma. Diferentemente dos PCN's que dividem os conteúdos a serem trabalhados em três blocos, a PCSC (SANTA CATARINA, 1998) aborda o trabalho com a Educação Sexual na infância e na adolescência. Já a Proposta Curricular de Criciúma (CRICIÚMA, 2008), discute questões pertinentes à sexualidade na disciplina de Ciências Naturais.

O livro "Educação Sexual na sala de aula" de Furlani (2011), também traz algumas possibilidades didáticas de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a sugestão de algumas atividades para iniciar a Educação Sexual, que devem ser intencionalmente planejadas e permitir a reflexão sobre a temática da sexualidade e sobre as identidades culturais que constituem os sujeitos, de modo a problematizar os preconceitos e promover uma sociedade igualitária.

Cabe ressaltar que como o foco da pesquisa é o trabalho de Educação Sexual no 5º ano do Ensino Fundamental, faz-se necessário caracterizar esse/a aluno/a. De acordo com o artigo 2º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é considerada criança a pessoa até os 12 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Dessa forma, considerando que a maioria dos/as alunos/as do 5º ano possuem 10 anos de idade, pode-se afirmar que a turma é composta por alunos/as crianças.

Entende-se ainda que os/as alunos/as do 5º ano do Ensino Fundamental estão vivenciando o período da latência, sendo que a mesma ocorre de acordo com Kahn (2013) dos 7 anos até a puberdade, e conforme Piletti, Rossato e Rossato (2014), uma de suas características, é a libido (energia sexual) voltada para outros fins, não sexual. Em relação à puberdade, na concepção da PCSC (SANTA CATARINA, 1998), ela é a primeira etapa da adolescência.

Compreendendo as características básicas dos/as alunos/as do 5º

ano do Ensino Fundamental é possível planejar a ação pedagógica em todos os aspectos, e não só no que diz respeito à temática da sexualidade, de maneira adequada, propiciando aprendizagens com significado(s).

A pesquisa teve caráter qualitativo e o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. O que motivou a opção pelo 5º ano do Ensino Fundamental foi a idade dos/as alunos/as, na qual a grande maioria das crianças possuem 10 anos, podendo estar em transição da infância para a adolescência (puberdade), período que ocorrem várias mudanças corporais, e as curiosidades sobre a sexualidade que podem acontecer nessa fase. Para assim, buscar descobrir como as/os professoras/es tratam essas questões e se possuem planejamento envolvendo a temática.

Desse modo, os sujeitos da pesquisa foram 7 (sete) professoras (todas são do gênero feminino) do 5º ano do Ensino Fundamental, que trabalham em Criciúma - SC. Dentre todas as escolas do município, foram escolhidas duas escolas especificamente por serem próximas geograficamente da pesquisadora. Dessas duas escolas, foram pesquisadas todas as professoras do 5º ano que lá lecionam, 4 (quatro) em uma escola e 3 (três) em outra.

Em relação à apresentação e análise de dados, as professoras serão identificadas como professora 1, professora 2, professora 3, professora 4, professora 5, professora 6 e professora 7. Para facilitar a comparação dos dados, as respostas obtidas foram agrupadas em categorias. Cada categoria possui dados referentes à sua temática. Assim, têm-se as seguintes categorias de análise: “A perspectiva das professoras sobre sexualidade e Educação Sexual”, “O trabalho de Educação Sexual desenvolvido pelas professoras” e “Educação Sexual: uma proposta a ser desenvolvida”.

A PERSPECTIVA DAS PROFESSORAS SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

Quando questionadas sobre o que entendem por sexualidade, a maioria das professoras limitou-se somente a um aspecto da sexualidade humana, como corpo. A partir do aporte teórico dessa pesquisa, pode-se considerar esse conceito equivocado.

Porém, a professora 6, além de responder que sexualidade é conhecer o corpo, ela também afirmou, assim como a professora 3, que a sexualidade é algo que faz parte do ser humano, o que também é defendido por Figueiró (2006 apud NOTA, 2013), ao dizer que a sexualidade é uma dimensão humana. Portanto, a professora 6 que equivocou-se numa afirmativa, foi coerente em outra.

Quando indagadas sobre o que entendem por Educação Sexual, a maioria das pesquisadas respondeu que é o ensino da reprodução humana. Esse entendimento da Educação Sexual voltado para a reprodução humana pertence aos pressupostos da abordagem médico-biologista, que segundo Nunes (1996, p. 140) faz,

[...] com que a sexualidade seja vista como uma mera força propulsora da procriação. Esta interpretação encontra defensores nas estruturas de articulação entre as Ciências Naturais e alguns setores da Psicologia Comportamental. [...] Nesta visão, estudar a sexualidade humana demandaria compreender o funcionamento dos aparelhos reprodutivos na evolução animal [...].

Abordagem essa que é criticada pelo autor por reduzir a sexualidade ao ato de perpetuação da espécie (NUNES, 1996).

Sobre como os/as alunos/as do 5º ano são nomeados por sua professora, as professoras 2, 3 e 7 consideram seus/suas alunos/as crianças. De fato, como já afirmado, já que a maioria dos/as alunos/as do 5º ano do Ensino Fundamental possuem 10 anos, pode-se considerá-los/as crianças, sendo que o ECA estabelece a condição de criança para quem possui até 12 anos incompletos (BRASIL, 1990).

Já as professoras 1, 4 e 6 trouxeram a questão da puberdade, assim como trazem Piletti, Rossato e Rossato (2014). Somente a professora 5 abordou em sua resposta os dois termos, criança e puberdade.

Todas as pesquisadas afirmaram que conhecem como ocorre o desenvolvimento da sexualidade com os/as alunos/as do 5º ano, sem falar do período da latência abordado por Kahn (2013) e por Piletti, Rossato e Rossato (2014).

Quanto ao posicionamento das professoras quando algum/a aluno/a lhe questiona algo que diz respeito à sexualidade, todas as professoras

afirmaram ter tranquilidade ao lidar com esses questionamentos, nenhuma professora apresentou alguma dificuldade nessa situação.

Com isso, é possível observar que em relação à temática da sexualidade bem como ao trabalho de Educação Sexual, há falta de compreensão pela maioria das professoras pesquisadas, pois as mesmas limitam-se somente a um aspecto da sexualidade, como corpo e reprodução, esquecendo-se das demais dimensões da sexualidade humana, que são trazidas pela PCSC (SANTA CATARINA, 1998), como a histórica e a cultural.

O TRABALHO DE EDUCAÇÃO SEXUAL DESENVOLVIDO PELAS PROFESSORAS

Quando indagadas se consideram importante trabalhar a Educação Sexual com seus/suas alunos/as, a maioria das professoras respondeu que sim, e quando questionadas se planejam as aulas de Educação Sexual, somente as professoras 4, 5 e 6 responderam que sim. Os PCN's (BRASIL, 1997), a PCSC (SANTA CATARINA, 1998) e Furlani (2011) concordam de que há necessidade de planejamento para as aulas de Educação Sexual.

Se a resposta fosse positiva quanto ao planejamento, as professoras deveriam dizer quais metodologias utilizam. As mesmas citaram um recurso, e não metodologia, em comum. Disseram usar vídeos.

Ao serem indagadas se a escola em que trabalham possui em seu currículo uma proposta para trabalhar a Educação Sexual e se há algum conteúdo envolvendo a temática no livro/apostila utilizada, as professoras 1, 2, 3 e 6 afirmaram que no currículo da escola não há proposta para se trabalhar a Educação Sexual. Quanto a isso, sabe-se que por meio dos documentos oficiais (PCN's, PCSC e Proposta de Criciúma) temos uma proposta de inserção da Educação Sexual no currículo escolar. Dessas professoras, somente as professoras 1 e 6 disseram que no livro/material utilizado pela escola, mais especificamente no de ciências, há conteúdos referentes à Educação Sexual.

As professoras 4 e 5 não responderam se no currículo da escola em que trabalham há a Educação Sexual, responderam somente que trabalham o sistema reprodutor, entre outros conteúdos que são voltados para a área das

Ciências Naturais.

A partir das respostas obtidas pelas professoras nessa categoria, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pelas mesmas não contempla todas as dimensões da sexualidade, como a cultural, política, afetiva e outras, predominando sobre essas a dimensão biológica. Além disso, de acordo com as respostas, o trabalho de Educação Sexual das professoras não permite a reflexão, possibilitando que os/as alunos/as sejam críticos frente ao conhecimento sobre Educação Sexual, sendo que as mesmas não possuem um conceito esclarecido sobre metodologia.

Após a análise dessa categoria, também é possível pensar sobre como muitas escolas não levam a Educação Sexual a sério, sendo que pode-se perceber a ausência dessa área do conhecimento no currículo das escolas de acordo com a resposta da maioria das pesquisadas. É de suma importância que todos/as os/as envolvidos/as no ambiente escolar compreendam a necessidade de acontecer a Educação Sexual, já que é direito de todo/a aluno/a fazer parte de uma educação de qualidade.

EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA A SER DESENVOLVIDA

Já se sabe que as escolas não possuem a Educação Sexual em seu currículo, e ao serem questionadas se a escola em que trabalham possibilita cursos de formação continuada sobre Educação Sexual, a maioria das professoras disse que não. A professora 3 ainda justificou afirmando que “Infelizmente a demanda pedagógica prioriza outras informações específicas.” Reconhecendo, assim como Rabelo e Ferreira (2013), que as formações continuadas nessa área são pouquíssimas ou até inexistentes.

Quando questionadas se já participaram de algum curso que abordou a temática da Educação Sexual, a maioria respondeu que não. Mas, ainda assim, quando indagadas se sentem preparadas para trabalhar a Educação Sexual, a maioria das professoras afirmou que sim.

Com isso, justifica-se o título dessa categoria de análise, que a Educação Sexual é uma proposta a ser desenvolvida, sendo que muitas escolas são deficientes em relação a esse trabalho e muitos/as professores/as, assim como as professoras pesquisadas, afirmam estar preparados/as para

trabalhar a temática, mas a trabalham de forma limitada ou a partir de um conceito que contemple pouco entendimento sobre sexualidade e Educação Sexual, e a maioria não participou de formações/cursos sobre o tema.

CONCLUSÃO

Ainda que existam autores/as que concebem a sexualidade como dimensão humana, destacando a importância de um trabalho competente de Educação Sexual, há professores/as que não possuem esse entendimento, nem um conhecimento coerente sobre como a sexualidade se desenvolve com seus/suas alunos/as, conforme mostrado por meio da presente pesquisa realizada com 7 (sete) professoras que lecionam no 5º ano do Ensino Fundamental.

A maioria apresenta uma concepção voltada ao corpo e à reprodução, não considerando as demais dimensões que constituem a sexualidade humana, o que resulta num trabalho de Educação Sexual que não permite aos/às alunos/as conhecerem tudo o que constitui a sexualidade, inclusive como foi encarada historicamente e os muitos preconceitos, medos, crenças e tabus que a permeiam, como também os muitos movimentos que lutaram contra os mesmos, possibilitando a reflexão e desenvolvendo a autonomia. Além disso, muitos/as professores/as confundem metodologia de ensino com recursos.

O que mais agrava a situação é a ausência da Educação Sexual no currículo das escolas das pesquisadas (considerando a maioria das respostas), que por vezes pode reforçar a ideia de que tratar do assunto não é necessário e muito menos, importante.

Todas as professoras disseram reagir bem, com tranquilidade, em situações que envolvem a sexualidade de seus/suas alunos/as. Porém, a indagação que fica é como esse trabalho é possível se os conceitos/concepções apresentados não dão conta de suprir as demais curiosidades que possam emergir no 5º ano?

Diante disso, pode-se afirmar que os objetivos traçados para a presente pesquisa foram atingidos. São várias as abordagens de Educação Sexual, como mostrado no referencial teórico, e nenhuma das professoras

pesquisadas as citaram. Talvez, por desconhecimento. O que reflete num trabalho limitado de Educação Sexual.

Atribui-se genericamente que uma parcela da responsabilidade seja dos cursos de formação de professores/as que não abordam a temática (o que seria um interessante objeto para futuras pesquisas!), mas os documentos e as obras que tratam do assunto estão disponíveis a qualquer professor/a que reconheça a importância e necessidade de um trabalho efetivo de Educação Sexual. Nossos/as alunos/as (não só do 5º ano) estão aí, presentes em nossas salas de aula com muitas dúvidas e vontade de discutir esse tema que atrai interesse, precisando da atenção de um/a professor/a que oportunize troca e construção de conhecimentos por meio de aulas intencionalmente planejadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2015.

CRICIÚMA, Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma**: currículo para a diversidade: sentidos e práticas. Criciúma, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

FREITAS, Dilma Lucy de; CHAGAS, Isabel. Educação sexual em Portugal: a formação de professores como caminho. Um relato de experiências. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (Orgs). **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 123-142.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KAHN, Michael. **Freud básico: pensamentos psicanalíticos para o século XXI.** Tradução de Luiz Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Freud e a educação: o mestre do impossível.** 3. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

NOTA, Juvêncio Manuel. Reflectindo sobre a formação de professores de biologia em sexualidade e educação sexual na Universidade Pedagógica de Moçambique. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (Orgs). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas.** Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 237-256.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar.** 1996. 319 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/NunesCesarAparecido%20(2).pdf > Acesso em: 20 jul 2015.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques; ROSSATTO, Geovanio. **Psicologia do desenvolvimento.** São Paulo: Contexto, 2014.

PRISZKULNIK, Léia. A criança sob a ótica da Psicanálise: algumas considerações. **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.72-77, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v5n1/v5n1a09.pdf> Acesso em: 15 jul. 2015.

RABELO, Amanda Oliveira; FERREIRA, António Gomes. Formação docente em gênero e sexualidade: entre semelhanças e diferenças luso-brasileiras. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (Orgs). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas.** Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 25-73.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (Orgs). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 7-15.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta curricular de Santa Catarina. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998. Disponível em: <
file:///C:/Users/usuario/Downloads/PC_Temas_Multidisciplinares%20(2).pdf>
Acesso em: 30 ago. 2015.